

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo					
	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	-	1.808	1.199	Fornecedores	14	-	-	7.454	6.333
Contas a receber de clientes	5	-	-	42.463	37.571	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	7.118	9.114
Estoques	6	-	-	45.544	46.880	Passivo de arrendamento	13.b	-	-	1.658	1.781
Impostos a recuperar	7	-	-	50	335	Obrigações trabalhistas e tributárias	16	6	13	19.289	21.267
Outros ativos circulantes	-	-	86	4.419	5.096	Vendas para entrega futura	17	-	-	15.585	12.299
						Adiantamentos de clientes		-	-	2.777	2.733
						Outras contas a pagar		266	261	81	483
Total do ativo circulante		1	86	94.284	91.081	Total do passivo circulante		272	274	53.962	54.010
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	33.811	44.678	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	18.141	20.110
Empréstimos a receber de partes relacionadas	20	-	23	10.936	15.343	Passivo de arrendamento	13.b	-	-	590	2.048
Impostos a recuperar	7	89	89	7.372	6.539	Empréstimos com partes relacionadas	20	130	-	36.717	41.039
Impostos diferidos	8	8.001	8.001	16.799	14.607	Obrigações trabalhistas e tributárias	16	-	-	2.738	28
Depósitos judiciais	18	-	-	749	709	Impostos diferidos	8	7.237	7.237	9.529	10.389
Propriedades para investimento	10	-	-	3.598	3.726	Vendas para entrega futura	17	-	-	33.284	44.171
Outros ativos não circulantes	-	-	-	3.848	4.025	Provisão para demandas judiciais	18	-	-	6.259	1.480
						Perda em investimentos	9	46.547	42.332	-	-
Total realizável a longo prazo		8.090	8.113	77.113	89.627	Total do passivo não circulante		53.914	49.569	107.258	119.265
Investimentos	9	102.232	106.365	655	655	Total do passivo		54.186	49.843	161.220	173.275
Imobilizado	11	-	1	31.994	40.970	Patrimônio líquido					
Intangível	12	-	-	11.273	11.930	Capital social	19.b	115.864	115.403	115.864	115.403
Bens de direito de uso	13.a	-	-	2.173	3.924	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	461	-	461
						Transações de capital		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Total Ativo não circulante		110.322	114.479	123.208	147.106	Reservas de reavaliação	19.b	5.861	7.077	5.861	7.077
						Prejuízos acumulados		(62.515)	(55.146)	(62.515)	(55.146)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		56.137	64.722	56.137	64.722
						Participações de não controladoras		-	-	135	190
						Total do patrimônio líquido		56.137	64.722	56.272	64.912
Total do ativo		110.323	114.565	217.492	238.187	Total do passivo e do patrimônio líquido		110.323	114.565	217.492	238.187

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Jaime Camara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Klayton Ribeiro da Silva
Contador

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida dos serviços prestados	21	-	-	157.224	152.235
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(93.156)	(93.427)
Lucro bruto		-	-	64.068	58.808
Despesas e receitas operacionais					
Comerciais	22		-	(33.783)	(32.831)
Administrativas e gerais	22	(139)	(174)	(34.053)	(34.821)
Tributárias	22		-	(2.582)	(2.016)
Equivalência patrimonial	8.b	(8.428)	(11.115)	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	(17)	12	151	2.197
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(8.584)	(11.277)	(6.199)	(8.663)
Resultado financeiro líquido	24	(1)	-	(4.394)	(3.553)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.585)	(11.277)	(10.593)	(12.216)
Imposto de renda e contribuição social	25				
Corrente		-	-	(719)	(529)
Diferido		-	-	2.709	1.186
Prejuízo do exercício		(8.585)	(11.277)	(8.603)	(11.559)
Resultado atribuível a:					
Acionistas controladores				(8.585)	(11.277)
Acionistas não controladores				(18)	(282)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(8.585)	(11.277)	(8.603)	(11.559)
Resultado abrangente	(8.585)	(11.277)	(8.603)	(11.559)
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			(8.585)	(11.277)
Acionistas não controladores			(18)	(282)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Jaime Camara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Klayton Ribeiro da Silva
Contador

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital		Transações de	Reserva de	Prejuízos		Participação de não	Patrimônio
	social	AFAC	capital	reavaliação	acumulados	Total	controlados	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115.403	461	(1.483)	7.517	(44.428)	77.470	(856)	76.614
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(440)	440	-	-	-
Reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	119	119	-	119
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.277)	(11.277)	(282)	(11.559)
Transações de capital	-	-	(1.590)	-	-	(1.590)	1.328	(262)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	115.403	461	(3.073)	7.077	(55.146)	64.722	190	64.912
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.216)	1.216	-	-	-
Aporte de capital	461	(461)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.585)	(8.585)	(18)	(8.603)
Transações de capital	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	115.864	-	(3.073)	5.861	(62.515)	56.137	135	56.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Jaime Camara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Klayton Ribeiro da Silva
Contador

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Demonstrações dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Resultado líquido do exercício		(8.585)	(11.277)	(8.603)	(11.559)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	25	-	-	1.990	657
Transações de capital	19	-	(1.590)	(37)	(1.590)
Depreciação e amortização	11 /12	1	1	9.419	9.898
Depreciação e amortização direito de uso	13.a	-	-	1.830	3.854
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	421	(628)
Variação cambial líquida	14	-	-	(128)	152
(Reversão) constituição de provisões para riscos líquida	18	-	-	4.779	(1.757)
(Ganho) perda na alienação de ativos imobilizados	11	-	-	335	(50)
Resultado de equivalência patrimonial	9	8.428	11.115	-	-
Provisão de juros sobre empréstimos	15	-	-	4.038	3.616
Descontos financeiros obtidos	14	-	-	(218)	(292)
		(156)	(1.751)	13.826	2.301
(Aumento) Redução dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	5	-	-	5.554	(22.573)
Estoques	6	-	-	1.336	(4.438)
Impostos a recuperar e diferidos	7	-	-	(2.740)	(129)
Outros ativos circulantes e não circulantes	-	86	(1)	854	(14.782)
Depósitos judiciais	18	-	-	(40)	(40)
		86	(1)	4.964	(41.962)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores	14	-	-	1.467	(1.608)
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	(7)	(13)	(1.258)	1.018
Impostos diferidos	8	-	-	(860)	(1.300)
Venda entrega futura	17	-	-	(7.601)	21.080
Adiantamentos de clientes, outras contas		5	261	(358)	622
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(2)	248	(8.610)	19.812
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(72)	(1.504)	10.180	(19.849)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
(Aumento) Redução de investimentos	9	(4.295)	(8.399)	-	1.443
Perdas em investimentos	9	4.215	6.018	-	-
Propriedades para investimento	10	-	-	128	4.411
Baixa e aquisição de imobilizado e intangível	11 /12	-	-	(121)	14.212
Baixa e aquisição de bens direito de uso	13.a	-	-	(79)	(6.952)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(80)	(2.381)	(72)	13.114
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	5.000	4.909
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(11.970)	(6.289)
Empréstimos com partes relacionadas	20	153	3.885	85	5.601
Pagamento de juros sobre empréstimos	15	-	-	(1.033)	(3.648)
Passivo de arrendamento	13.b	-	-	(1.581)	2.671
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamento		153	3.885	(9.499)	3.244
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1	-	609	(3.491)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	-	-	1.199	4.690
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1	-	1.808	1.199
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1	-	609	(3.491)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Jaime Camara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Klayton Ribeiro da Silva
Contador

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

1. Informações Gerais

A OJC Administração e Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), pessoa jurídica de direito privado é uma sociedade de capital fechado que tem por objeto: (a) prestação de serviços de assessoramento na área de comunicações em geral e na área de distribuição de filmes, fitas de vídeo, programas e eventos artísticos, esportivos e culturais; e (b) participação em outras sociedades, na qualidade de sócio quotista ou acionista de qualquer ramo, atividade ou natureza jurídica, no País ou no exterior. A sede administrativa encontra-se localizada à Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07 Lote 01/33B, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia, GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.877.644/0001-72.

São controladas diretas e indiretas da OJC Administração e Participações S.A.:

- **Televisão Anhanguera S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma emissora de televisão aberta, fundada em 11 de janeiro de 1965 - Empresa com sede em Goiânia, à Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07 Lote 01/33B., Bairro Serrinha, Capital do Estado de Goiás é geradora e retransmissora afiliada em termos operacionais à Rede Globo de Televisão (“Globo”) no Estado de Goiás, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- **J. Câmara & Irmãos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, fundada em 21 de março de 1938** - Empresa com sede em Goiânia, é responsável preponderantemente pela publicação e comercialização dos jornais “O Popular”; “Jornal Daqui” e Jornal do Tocantins.
- **Rádio Anhanguera Ltda, Rádio Araguaia S.A.**, com sede na Rua Tomaz Edson, nº 185, Qd. 07 Lt. 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia, GO., **Rádio Som Gurupi Ltda., Rádio Som Juventude Ltda.**, com sede no Estado do Tocantins, TO - Empresas de radiodifusão.
- **Televisão Rio Formoso Ltda.** - Empresa com sede no Estado do Tocantins é geradora e retransmissora afiliada em termos operacionais à Rede Globo de Televisão (“Globo”) em Gurupi -TO e Jataí-GO, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- **Centro Norte de Comunicação Ltda.** - Empresa geradora e retransmissora afiliada em termos operacionais à Rede Globo de Televisão (“Globo”) com sede na Rua Tomaz Edson, nº 185, Qd. 07 Lt. 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia, GO., e Filial em Palmas -TO, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- **Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda** – Empresa com sede em Goiânia, dedica a gestão e administração da propriedade imobiliária. Essa empresa foi constituída em 01 de agosto de 2018, e em 21 de outubro de 2019 participou como (“Cindenda”) de ativos vertidos da TV Anhanguera S.A. e J. Câmara & Irmãos Ltda (“Companhias cindidas”).

Continuidade Operacional

A administração adotou o pressuposto da continuidade operacional das empresas controladas, conforme previsto no CPC 26, com base em ações voltadas à redução de custos e à busca por sinergias com outras atividades do Grupo Jaime Câmara. Apesar dos prejuízos recorrentes em algumas dessas empresas, estão sendo implementadas medidas para mitigar riscos e assegurar a sustentabilidade das operações. Dentre essas medidas, destacam-se:

J. Câmara & Irmãos LTDA

A Administração vem implementando medidas estruturais voltadas à melhoria da rentabilidade e à sustentabilidade financeira das operações, dentre as quais destacam-se:

- Redução das despesas operacionais no montante de R\$ 4,3 milhões.
- Redução do custo dos produtos vendidos (CPV) no montante de R\$ 2,7 milhões.

Essas iniciativas contribuíram para uma melhora de aproximadamente R\$ 1,7 milhão no resultado líquido em comparação ao exercício anterior, refletindo as ações implementadas em 2024 refletidas em 2025, tais como:

- Reestruturação da equipe de jornalismo dos jornais do Tocantins, com centralização da produção jornalística em Goiânia;
- Reajuste do preço de capa do Jornal Daqui, com consequente melhoria na margem de contribuição;
- Redução da equipe de impressão e logística em Goiânia, viabilizada pela antecipação do horário de fechamento do jornal e pela alteração da rota sul, migrando de entrega própria para redespacho via transporte rodoviário;
- Reestruturação das gerências das áreas Classi e Mercador Leitor.

Adicionalmente, a controladora OJC Administração e Participações S.A realizou aumento de capital no montante de R\$ 7,8 milhões em 2025 e previsão de mais R\$ 6,1 milhões em abril de 2026. Essas capitalizações reforçam a estrutura patrimonial da Companhia e evidenciam o compromisso dos cotistas com a continuidade e a sustentabilidade de suas operações.

Por fim a Administração mantém o monitoramento contínuo do desempenho operacional dos jornais, com avaliação permanente da sua viabilidade econômica e adoção, quando necessária, de medidas adicionais de adequação e otimização da estrutura operacional, visando ao fortalecimento dos resultados e à continuidade dos negócios.

Centro Norte de Comunicação LTDA

A Administração definiu a cisão parcial da Rádio Araguaia em 30/04/2026, com a transferência substancial de seus ativos, passivos e operações para a Centro Norte de Comunicação Ltda. A reorganização permitirá maior centralização das atividades operacionais e administrativas, captura de sinergias e ganhos de eficiência entre as empresas do grupo, resultando em um Patrimônio Líquido estimado em aproximadamente R\$ 5 milhões na incorporadora. No início do exercício seguinte, foi concluída a reestruturação da área comercial e da gestão das empresas do Tocantins, gerando uma economia recorrente superior a R\$ 600 mil anuais.

Paralelamente, será lançado o novo portal de autoatendimento Globo Ads, que permitirá uma precificação baseada em performance e voltada a um público que historicamente não anunciava na televisão em razão das dificuldades no processo de criação, validação e compra de espaço publicitário. A nova plataforma amplia o alcance comercial e cria um canal digital mais ágil e acessível para pequenos e médios anunciantes.

Outro vetor relevante de evolução será a implantação da TV Digital 3.0 (DTV+), baseada no padrão ATSC 3.0, que representa um salto tecnológico na radiodifusão brasileira. O novo sistema proporcionará imagens em 4K e 8K com HDR, áudio imersivo em Dolby Atmos e canais operando como aplicativos. A integração com a internet possibilitará interatividade em tempo real, acesso a conteúdo sob demanda, compras diretas e novos formatos de publicidade segmentada e transacional. Além da melhoria técnica, a DTV+ ampliará a acessibilidade e o alcance social da TV aberta, com múltiplas faixas de áudio, alertas emergenciais e atualização de sistemas via sinal broadcast. A implementação oficial teve início em agosto de 2025, com lançamentos-piloto previstos até 2026 e cobertura nacional estimada até a Copa. Nesse contexto, a TV Anhanguera de Palmas (Centro Norte de Comunicação Ltda.), detentora de liderança consolidada em audiência e exclusividade na publicidade local, deverá capturar um potencial expressivo de novas receitas e fortalecimento de marca.

Por fim, está em curso o projeto de centralização das atividades de edição e exibição de conteúdo em Goiânia, medida que permitirá otimizar recursos operacionais, reduzir custos fixos e viabilizar a mudança da sede para um espaço mais adequado e eficiente, alinhado ao novo modelo de operação integrada.

Rádio Anhanguera LTDA.

A companhia, que até 2019 operava com rádio AM, concluiu a migração para a faixa FM e lançou a Rádio Moov. Trata-se da única emissora da região especializada nos gêneros Hip-Hop, Black Music, Rap, Trap, Funk e R&B, com uma programação que mescla músicas atuais e clássicos desses estilos. A rádio se posiciona como um espaço dedicado à cultura de rua, valorizando sons e vozes que expressam a diversidade da música brasileira e internacional.

Por ser uma operação recente, a Rádio Moov ainda está em fase de consolidação e posicionamento no mercado. Está prevista uma recuperação, ainda que gradual, da Receita Operacional nos próximos anos. A depender do desempenho observado, poderão haver ajustes estratégicos na programação, com vistas a acelerar o crescimento e ampliar a audiência.

Além disso, os sócios decidiram incorporar as empresas coligadas Rádio Som Juventude Ltda. e Rádio Som Gurupi em 30/04/2026, permitindo maior centralização das atividades operacionais e administrativas, captura de sinergias e ganhos de eficiência entre as empresas do grupo.

Televisão Rio Formoso LTDA.

Ao final de 2024, passou por um processo de reestruturação, com redução do quadro de funcionários e adequação do conteúdo jornalístico, o que resultou em uma economia anual superior a R\$ 500 mil.

Assim como a Centro Norte, a empresa será beneficiada pelo portal de autoatendimento Globo Ads e pela implantação da TV Digital 3.0 (DTV+), o que deverá capturar um potencial expressivo de novas receitas e fortalecimento de marca.

Além disso, está em estudo a incorporação de outras empresas coligadas à Rio Formoso, com o objetivo de aprimorar a eficiência operacional do Grupo Jaime Câmara.

Essas iniciativas visam aumentar a produtividade, melhorar a eficiência e garantir o alinhamento com a estratégia de longo prazo das empresas controladas.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração do Grupo e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 03 de julho de 2026.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 5** - Provisão para perdas esperadas de créditos
- **Nota Explicativa 8** - Realização do crédito tributário diferido
- **Nota Explicativa 11** - Vida útil do ativo imobilizado
- **Nota Explicativa 12** - Vida útil do ativo intangível
- **Nota Explicativa 18** - Provisão para demandas judiciais

d. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Políticas contábeis materiais

a. Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

<u>Empresas controladas</u>	Participação - (%)	
	2025	2024
Televisão Anhanguera S.A.	100,00	99,99
J. Câmara e Irmãos Ltda. (i)	100,00	94,77
Rádio Anhanguera Ltda. (i)	100,00	99,99
Rádio Araguaia Ltda.	99,00	99,00
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00	99,00
Rádio Som Juventude Ltda. (ii)	100,00	-
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00	99,00
Centro Norte de Comunicação Ltda.	100,00	99,93
Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda.	46,262	46,262

(i) Com base na Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2024, a companhia passou a deter 100% da participação na J. Câmara e Irmãos Ltda. Além disso, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de novembro de 2024, também adquiriu a totalidade da participação na empresa Rádio Anhanguera Ltda..

(ii) Em 2025 a companhia passou a participar da Rádio Som Juventude detendo 100% da participação.

Participação de acionistas não-controladores

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia registra em caixa e equivalentes de caixa os valores em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que sejam realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estejam sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Esses ativos são mensurados pelo seu valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, desde que não excedam seu valor de mercado ou de realização.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O Contas a receber de clientes sem um componente significativo de

financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes (VJORA); ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado a VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como VJORA.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Observado o modelo de negócio do Grupo, para gestão dos instrumentos financeiros que consiste em receber os ativos financeiros nos prazos contratuais (principal + juros), exceto pelos derivativos que são mensurados ao valor justo, todos os demais ativos financeiros estão classificados como custo amortizado. Vide Nota Explicativa nº 26.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR, exclusivamente para os instrumentos derivativos.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A classificação dos passivos financeiros está demonstrada na Nota Explicativa nº 26.

(i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, inferior aos custos de reposição ou aos seus valores de realização.

e. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação, deduzido da depreciação acumulada, quando aplicável.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 11.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g. Intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(i) Softwares

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme o período esperado de benefício futuro e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas

quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecido como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(ii) Concessões públicas

As concessões públicas são decorrentes do direito de explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens e são classificadas como ativos intangíveis de vida útil indefinida.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ativos intangíveis, com vida útil indefinida, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

h. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

O Grupo reconhece no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada).

Adicionalmente, o Grupo utiliza o expediente prático para mensurar as perdas de crédito esperadas considerando uma matriz de provisão que leva em consideração a experiência de perda de crédito histórica, ajustada quando apropriada para fatores específicos dos devedores em aspectos econômicos gerais atuais e futuros na data do reporte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os fatores considerados pelo Grupo incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos exercícios apresentados.

i. Provisões de riscos

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando o Grupo e as suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto

de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e suas controladas.

(i) Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, mensalmente, sendo o passivo reconhecido pelo montante do pagamento esperado aos funcionários. A Companhia e suas controladas não possui benefícios pós-emprego.

j. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como facultado pela legislação fiscal vigente, o Grupo adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na legislação e nos normativos tributários vigentes na data de encerramento do exercício, em conformidade com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício ou no patrimônio líquido dependendo da origem do ajuste.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, desconto comerciais ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando ocorre o cumprimento da obrigação com o cliente.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independente do faturamento ou recebimento e a receita com assinaturas é reconhecida mensalmente com base no número de dias de entrega dos jornais, independente do recebimento dos valores contratados.

l. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das demonstrações financeiras.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Alterações nas Normas Contábeis IFRS

Data de aplicação obrigatória

Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Substitui o IAS 1/CPC 26 e estabelece novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, incluindo a classificação de receitas e despesas em categorias específicas, a apresentação obrigatória do subtotal de lucro operacional e a divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs), além de orientações aprimoradas sobre agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras.

Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
Aplicação antecipada permitida.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS

Data de aplicação obrigatória

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Contratos de eletricidade relacionados à natureza. Introduz esclarecimentos e novos requerimentos de divulgação aplicáveis a contratos de compra de energia elétrica vinculados a fontes renováveis, incluindo aspectos relacionados à contabilização e divulgação de riscos financeiros associados.

Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.
Aplicação antecipada permitida.

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como amplia e aprimora os requerimentos de divulgação relacionados a riscos de crédito e liquidez.

Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.
Aplicação antecipada permitida.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco Conta Corrente	1	-	1.632	1.153
Total	1	-	1.632	1.153

a. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2025	2024
Aplicações Bradesco Upper em outros fundos de investimentos (a)	124	20
Basa Capitalização Amazonia cap premium (b)	52	26
Total	176	46
Total de Caixa e equivalentes	1.808	1.199

(a) Fundo Bradesco FIC UPPER: O objetivo do fundo é buscar rentabilidade nos mercados de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, índices de preço e moeda estrangeira. Exclui estratégias que impliquem em risco de renda variável.

(b) AMAZONIA CAP PREMIUM: Título de capitalização com prazo de 48 meses, garantindo o retorno de 100% do valor aplicado acrescido da Taxa Referencial (TR) ao final do período.

Em 2025 e 2024 as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Duplicatas a receber	28.331	25.560
Consórcio OPUS (i)	48.869	56.530
Cheques em cobrança	24	13
Serviços a faturar	1.281	1.281
Permutas	72	747
Provisão para perdas esperadas de créditos	(2.303)	(1.882)
Total	76.274	82.249
Circulante	42.463	37.571
Não circulante	33.811	44.678

(i) Refere-se a operação de consórcio imobiliário entre a controlada Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda e Incorporação OPUS.

Para determinar a recuperabilidade das contas a receber de clientes é considerada qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. Exceto para os valores a receber com a Rede Globo, a concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. O saldo de contas a receber por idade de vencimento está distribuído conforme segue:

Operações com Órgãos Públicos

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	959	929
Vencidos até 60 dias	4.674	3.016
Vencidos de 61 a 90 dias	616	376
Vencidos de 91 a 180 dias	739	315
Vencidos de 181 a 360 dias	437	383
Vencidos acima de 361 dias	2.309	545
Subtotal	9.734	5.564

Operações com Setor Privado

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	59.912	74.318
Vencidos até 60 dias	6.154	1.901
Vencidos de 61 a 90 dias	204	322
Vencidos de 91 a 180 dias	181	336
Vencidos de 181 a 360 dias	771	800
Vencidos acima de 361 dias	1.621	890
Subtotal	68.843	78.567
Provisão para perdas esperadas com créditos	(2.303)	(1.882)
Total	76.274	82.249

Perda estimada do contas a receber

A Companhia possui uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável, que inclui a adoção de uma matriz de provisão combinada.

As análises de inadimplência são realizadas mensalmente e as perdas esperadas estão registradas como provisão, tanto para os títulos vencidos como para os vincendos. O critério utilizado é definido individualmente por tipo de cliente (setor privado e setor público), levando em conta a particularidade de cada região, e histórico de perdas. O método de alocação segue as diretrizes do pronunciamento técnico IFRS9/CPC 48.

A Companhia revisa o índice anualmente ou sempre que houver alterações no risco de sua carteira de recebíveis, avaliando as expectativas de realização dos créditos.

Com base nessa análise, concluiu-se pela constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em montante de R\$ 2.303 em 2025 (1.882 em 2024) no qual considera o suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme sua política de PECLD, a Companhia reconheceu os seguintes movimentos na provisão para perdas esperadas:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(1.882)	(2.510)
Constituições	(918)	(552)
Reversões e baixas	497	1.180
Saldo final	(2.303)	(1.882)

6. Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Material industrial	1.586	1.370
Material promocional	181	241
Manutenção	463	463
Provisão para perdas de materiais obsoletos (i)	(605)	(89)
Imóveis destinados a venda (ii)	43.627	44.630
Outros	292	265
Total	45.544	46.880

(i) A movimentação da provisão para perdas de materiais obsoletos segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(89)	(89)
Constituições	(516)	-
Saldo final	(605)	(89)

- (i) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação de estoques de produtos para manutenção e não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. Conforme avaliação da administração, foram identificadas evidências que indiquem perdas significativas associadas aos estoques existentes em 2025, sendo necessária a constituição de provisão adicional.
- (ii) Os estoques referem-se a terrenos e edificações destinados à venda. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo totalizava R\$ 43.627, comparado a R\$ 44.630 em 31 de dezembro de 2024. Desse montante R\$ 25.108 em 2025 e R\$ 22.852 em 2024 correspondem aos custos dos imóveis transferidos ao consórcio firmado com a OPUS, sendo tais custos reconhecidos no resultado à medida do recebimento da participação da Companhia no referido consórcio.

7. Impostos a recuperar

A composição dos saldos de impostos a recuperar é como segue:

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ	-	-	32	295
CSLL	-	-	18	11
Saldo negativo IRPJ (i)	84	84	2.809	3.213
Base de cálculo negativa CSLL (i)	-	-	24	66
IRRF - Aplicação financeira (i)	5	5	41	23
Retenções federais (i)	-	-	3.641	2.392
INSS a recuperar (i)	-	-	486	476
ICMS	-	-	-	29
Outros (i)	-	-	371	369
Total	89	89	7.422	6.874
Circulante	89	89	7.138	6.590
Não circulante	-	-	284	284

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

(i) Os saldos de saldo negativo de IRPJ, IRRF sobre aplicações financeiras, retenções federais, INSS a recuperar e outros créditos tributários estão classificados no ativo não circulante conforme a expectativa de realização pela Administração.

Realização dos créditos fiscais

Os créditos são passíveis de restituição e/ou compensação, serão realizados pela Companhia no decorrer do processo que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos. Todos os créditos são acobertados com Pedido de Restituição (PER) e Declaração de Compensação (DCOMP).

Os créditos tributários de IRPJ/CSLL foram realizados em 2025 por meio de compensações com débitos vincendos relativos a tributos federais.

8. Impostos diferidos

a. Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo:				
Diferenças intertemporais:				
Provisão para perdas esperadas com créditos	-	-	795	945
Gratificações a diretores	-	-	881	881
Provisões para riscos (iii)	-	-	2.122	501
IRPJ/CSLL diferidos transações de capital (iv)	8.001	8.001	8.001	8.001
IRPJ/CSLL CPC 06	-	-	1.487	1.365
(-) Compensação entre ativo passivo	-	-	(4.399)	(4.993)
Prejuízos fiscais e base negativa				
Prejuízo fiscal não utilizado (ii)	-	-	7.912	7.907
Total	8.001	8.001	16.799	14.607
Circulante	-	-	8.798	6.606
Não Circulante	8.001	8.001	8.001	8.001
Passivo:				
IRPJ/CSLL diferidos sobre reavaliação	-	-	(508)	(1.052)
IRPJ/CSLL diferidos transações de capital (iv)	(7.237)	(7.237)	(9.750)	(9.750)
Diferença intertemporais entre o regime de caixa e o regime de competência contábil nas operações com órgãos públicos (i)	-	-	(124)	(124)
IRPJ/CSLL sobre receita	-	-	(1.211)	(1.165)
IRPJ/CSLL sobre CPC 06	-	-	(1.253)	(1.239)
IRPJ/CSLL sobre depreciação	-	-	(1.082)	(2.052)
(-) Compensação entre ativo passivo	-	-	4.399	4.993
Total	(7.237)	(7.237)	(9.529)	(10.389)
Circulante	-	-	221	(639)
Não Circulante	(7.237)	(7.237)	(9.750)	(9.750)
Total Ativo diferido	8.001	8.001	16.799	14.607
Total Passivo diferido	(7.237)	(7.237)	(9.529)	(10.389)

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

- (i) Referem-se à diferença apurada entre os regimes de caixa e de competência nas transações realizadas com órgãos públicos.
- (ii) A Administração considera que os valores registrados a título de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais são plenamente recuperáveis, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia. Adicionalmente, a legislação tributária vigente não estabelece prazo para expiração desses créditos, observados os limites anuais de compensação previstos na legislação aplicável.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das provisões para riscos totalizou R\$ 2.122 mil (R\$ 501 mil em 31 de dezembro de 2024). O aumento observado no exercício decorre, principalmente, da atualização das estimativas relacionadas a contingências cíveis, em função da evolução processual de ações em andamento.
- (iv) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre transações de capital decorrem, substancialmente, de diferenças temporárias originadas em operações registradas diretamente no patrimônio líquido ou em combinações de negócios, cujos efeitos fiscais serão realizados em períodos futuros.

A administração com base em estudos internos acredita que os valores de impostos diferidos serão recuperados no curso normal de seus negócios.

9. Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimentos em controladas - ativo	102.232	106.365	-	-
Perda em investimento controladas - passivo	(46.547)	(42.332)	-	-
Investimentos mensurados a custo de aquisição (i)	-	-	655	655
	55.685	64.033	655	655

- (i) Participações societárias nas quais o Grupo não possui controle ou influência significativa e, para as quais não é possível mensurar confiavelmente o valor justo e, dessa forma, estão apresentadas ao custo.

b. Composição das participações em empresas controladas

Descrição	Participação	2025 (Controladora)		Saldo do investimento	Resultado
		Patrimônio líquido	Lucro ou (prejuízo)		
Televisão Anhanguera S.A.	100,00%	53.034	(2.345)	53.034	(2.345)
J. Câmara e Irmãos Ltda.	100,00%	(22.515)	(4.470)	(22.515)	(4.470)
Rádio Anhanguera Ltda	100,00%	(4.028)	(360)	(4.028)	(360)
Rádio Araguaia Ltda.	99,00%	16.250	(300)	16.088	(297)
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00%	(3.231)	(1.792)	(3.199)	(1.774)
Rádio Som de Juventude Ltda.	100,00%	350	139	350	139
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00%	502	330	497	327
Centro Norte de Com. Ltda.	100,00%	(14.687)	(2.117)	(16.805)	(2.117)
Emp. Imobiliários Rio Vermelho Ltda.	46,2620%	64.403	5.338	32.263	2.469
				55.685	(8.428)

Descrição	Participação	2024 (Controladora)		Saldo do investimento	Resultado
		Patrimônio líquido	Lucro ou (prejuízo)		
Televisão Anhanguera S.A.	99,99%	55.379	(4.062)	55.374	(4.062)
J. Câmara e Irmãos Ltda.	100,00%	(22.141)	(5.619)	(22.141)	(5.431)
Rádio Anhanguera Ltda.	100,00%	(3.668)	(798)	(3.668)	(798)
Rádio Araguaia Ltda.	99,00%	18.639	(18)	18.453	(18)
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00%	(1.865)	(1.036)	(1.846)	(1.025)
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00%	2.771	410	2.744	406
Centro Norte de Com. Ltda.	99,93%	(16.805)	(1.146)	(14.677)	(1.145)
Emp. Imobiliários Rio Vermelho Ltda.	46,2620%	69.741	2.070	29.794	958
				64.033	(11.115)

c. Movimentação dos investimentos

Controladora

Descrição	Investimento 2024	Equivalência Patrimonial	Aquisição de participação societária	Distribuição de Dividendos	Aporte de Capital	Prov. De Invest. Passivo a Descoberto	Investimento 2025
Investimentos por equivalência patrimonial							
Televisão Anhanguera S.A.	55.374	(2.345)	-	-	5	-	53.034
J. Câmara e Irmãos S.A.	-	(4.470)	-	-	4.095	4.470	-
Rádio Anhanguera S.A.	-	(360)	-	-	-	360	-
Rádio Araguaia Ltda.	18.453	(297)	-	(2.068)	-	-	16.088
Televisão Rio Formoso Ltda.	-	(1.774)	-	-	422	1.352	-
Rádio Som Juventude Ltda.	-	139	211	-	-	-	350
Rádio Som de Gurupi Ltda.	2.744	327	-	(2.574)	-	-	497
Centro Norte de Com. Ltda.	-	(2.117)	(11)	-	-	2.128	-
Emp. Imob. Rio Vermelho Ltda	29.794	2.469	-	-	-	-	32.263
Total	106.365	(8.428)	200	(4.642)	427	8.310	102.232

Descrição	Investimento 2023	Equivalência Patrimonial	Integralização Capital	Prov. De Invest. Passivo a Descoberto	Investimento 2024
Investimentos por equivalência patrimonial					
Televisão Anhanguera S.A.	59.372	(4.062)	64	-	55.374
J. Câmara e Irmãos Ltda.	-	(5.431)	-	5.431	0
Rádio Anhanguera Ltda.	-	(798)	-	798	0
Rádio Araguaia Ltda.	18.471	(18)	-	-	18.453
Televisão Rio Formoso Ltda.	-	(1.025)	-	1.025	0
Rádio Som de Gurupi Ltda.	2.337	407	-	-	2.744
Centro Norte de Com. Ltda.	-	(1.145)	-	1.145	0
Emp. Imob. Rio Vermelho Ltda	28.782	957	55	-	29.794
Total	108.962	(11.115)	119	8.399	106.365

10. Propriedades para investimento

Refere-se a terrenos e edificações mantidos para valorização e renda reconhecidos ao valor de custo de aquisição e a bens destinados a venda.

	Consolidado	
	2025	2024
Terrenos para valorização	9	9
Terrenos destinados a venda	3.589	3.717
Total	3.598	3.726

11. Imobilizado

a. Composição – Controlada

	2025			2024	Vida útil (Anos)
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios	9	(9)	-	1	10
Computadores e periféricos	25	(25)	-	-	5
	34	(34)	-	1	

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

b. Consolidado

	2025			2024	Vida útil (Anos)
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	2.465	-	2.465	3.243	-
Edificações	11.459	(4.389)	7.070	9.172	25 a 50
Instalações	3.897	(1.877)	2.020	2.081	10
Máquinas e equipamentos	89.495	(75.091)	14.404	18.040	8 a 15
Móveis e utensílios	4.181	(3.889)	292	373	10
Motores e aparelhos	4.369	(3.488)	881	825	8 a 15
Ferramentas e acessórios	158	(150)	8	12	8 a 10
Veículos	4.498	(4.292)	206	308	5
Computadores e periféricos	18.819	(16.338)	2.481	3.376	5
Imobilizações em andamento (i)	1.287	-	1.287	2.477	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.938	(2.058)	880	1.063	5 a 10
	143.566	(111.572)	31.994	40.970	

(i) Refere-se substancialmente a compras de máquinas e equipamentos em andamento.

c. Movimentação do saldo

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, não foram identificados indicadores de desvalorização, que necessitassem efetuar o teste de recuperação nos termos do Pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil desses ativos e concluiu que está adequada e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao CPC 27.

d. Movimentação do imobilizado – Consolidado

	2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2025
Terrenos	3.243	-	(778)	-	-	2.465
Edificações	9.172	883	(2.823)	(291)	129	7.070
Instalações	2.081	46	(96)	(23)	12	2.020
Máquinas e equipamentos	18.040	8.594	(8.718)	(5.983)	2.471	14.404
Móveis e utensílios	373	223	(224)	(95)	15	292
Motores e aparelhos	825	156	(201)	(108)	209	881
Ferramentas e acessórios	12	1	(1)	(5)	1	8
Veículos	308	-	-	(102)	-	206
Computadores e periféricos	3.376	2.239	(2.161)	(1.162)	189	2.481
Imobilizações em andamento	2.477	8.577	(6.432)	-	(3.335)	1.287
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.063	-	-	(197)	14	880
Total	40.970	20.719	(21.434)	(7.966)	(295)	31.994

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2024
Terrenos	3.243	-	-	-	-	3.243
Edificações	27.669	4.467	(22.870)	(347)	253	9.172
Instalações	1.964	37	-	(23)	103	2.081
Máquinas e equipamentos	21.951	447	(89)	(6.127)	1.858	18.040
Móveis e utensílios	470	21	-	(126)	8	373
Motores e aparelhos	854	32	(3)	(140)	82	825
Ferramentas e acessórios	23	-	-	(11)	-	12
Veículos	276	19	-	(101)	114	308
Computadores e periféricos	3.430	137	(8)	(1.295)	1.112	3.376
Imobilizações em andamento	2.935	7.545	(3.860)	-	(4.143)	2.477
Benfeitorias em imóveis de terceiros	913	-	-	(170)	320	1.063
Total	63.728	12.705	(26.830)	(8.340)	(293)	40.970

A administração realizou uma revisão das estimativas de vida útil econômica dos ativos imobilizados, com base em critérios técnicos que incluem obsolescência tecnológica, condições de uso, histórico de manutenção, práticas de

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

mercado e planos operacionais da companhia. Após essa análise, concluiu que as vidas úteis atualmente atribuídas aos ativos permanecem adequadas para refletir o período durante o qual se espera que eles gerem benefícios econômicos futuros.

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não foram identificadas evidências que justifiquem a necessidade de ajustes relevantes nessas estimativas.

A administração revisa essas estimativas periodicamente e, caso sejam identificadas mudanças significativas, elas serão reconhecidas de forma prospectiva, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

12. Intangível

Consolidado

	2025			2024	Vida útil (Anos)
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares	8.067	(11)	8.056	8.092	5
Marcas	100	-	100	100	-
Concessões públicas	36.011	(32.894)	3.117	3.738	25
	44.178	(32.905)	11.273	11.930	

Movimentação – Consolidado

	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Softwares	3.738	534	-	(1.450)	295	3.117
Marcas	100	-	-	-	-	100
Concessões Públicas	8.092	-	(33)	(3)	-	8.056
Total	11.930	534	(33)	(1.453)	295	11.273

	2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2024
Softwares	5.003	-	-	(1.558)	293	3.738
Marcas	100	-	-	-	-	100
Concessões Públicas	8.129	(37)	-	-	-	8.092
Total	13.232	(37)	-	(1.558)	293	11.930

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos intangíveis pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

13. Direito de uso e passivo de arrendamento

a. Direito de uso em arrendamento

	Taxa de amortização	2024	Adições	Amortização	Ajuste contratos	2025
Terrenos	-	97	-	(26)	(71)	-

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Edificações	16,90%	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	21,50%	295	455	(286)	(91)	373
Veículos	24,50%	3.532	39	(1.518)	(253)	1.800
Total		3.924	494	(1.830)	(415)	2.173

	Taxa de amortização	2023	Adições	Amortização	Ajuste contratos	2024
Terrenos	-	56	144	(103)	-	97
Edificações	16,90%	524	5.324	(1.687)	(4.161)	-
Máquinas e Equipamentos	21,50%	96	1.117	(537)	(381)	295
Veículos	24,50%	150	5.001	(1.527)	(92)	3.532
Total		826	11.586	(3.854)	(4.634)	3.924

b. Passivo de arrendamento

A movimentação de arrendamento do exercício segue (CPC 06 - R2):

	2024	Adições	Pagamentos	Ajuste	2025
Passivo de arrendamento	3.829	494	(1.930)	(145)	2.248
Circulante					1.658
Não circulante					590
Saldo em 2025					2.248

	2023	Adições	Pagamentos	Ajuste	2024
Passivo de arrendamento	1.158	12.794	(5.400)	(4.723)	3.829
Circulante					1.781
Não circulante					2.048
Saldo em 2024					3.829

14. Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores nacionais	7.118	4.919
Fornecedores estrangeiros	22	776
Notas de débito	130	637
Permutas	184	1
Total	7.454	6.333

15. Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento

a. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Juros médios - %	Vencimento Final	2025	2024
Moeda nacional:					

Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07, Lote 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74835-130

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Banco ABC	100%CDI + 3,38%, 3,99%aa	16,32% a.a.	dez/27	14.485	14.157
Banco do Brasil FCO	IPCA + 4,44%aa ³	11,01% a.a.	nov/31	5.263	6.173
Banco do Brasil FCO	IPCA + 5,87aa ⁴	10.70% a.a.	set/33	4.800	4.953
Santander	100%CDI + 4,07%aa ²	17,32% a.a.	dez/25	-	1.811
Banco da Amazônia S.A.	FNO tx fixa	3,5% a.a.	dez/23	389	1.031
Banco do Brasil FCO	IPCA + 1,98%aa ¹	8,11% a.a.	maio/26	322	1.099
Total				25.259	29.224
Circulante				7.118	9.114
Não circulante				18.141	20.110

Os empréstimos referem-se a créditos financiados com recursos de (a) Fundo constitucional de financiamentos do Centro-Oeste (FCO), (b) Programa Amazônia Sustentável – Não rural (prestação de serviços) e capital de giro.

- 1 TAXA IPCA+2,32%aa, com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa (1,98% a.a.).
- 2 Operação estruturada com empréstimo a taxa pré-fixada de 17,58% aa e Swap fixando a CDI+4,07%.
- 3 Taxa IPCA + 5,22% aa com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa (4,44% a.a.).
- 4 Taxa IPCA + 6.91% aa com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa (5.87% a.a.).

A movimentação do exercício é como segue:

	2024	Captações	Juros apropriados	Amortização principal	Juros pagos	2025
Banco ABC	14.157	5.000	2.636	(6.709)	(599)	14.485
Banco do Brasil FCO	1.098	-	50	(826)	(0)	322
Santander	1.811	-	155	(1.966)	(0)	-
Banco do Brasil FCO	6.173	-	546	(1.456)	(0)	5.263
Banco do Brasil FCO	4.954	-	577	(297)	(434)	4.800
Banco da Amazônia S.A.	1.031	-	74	(716)	(0)	389
	29.224	5.000	4.038	(11.970)	(1.033)	25.259

	2023	Captações	Juros apropriados	Amortização principal	Juros pagos	2024
Banco ABC	16.692	-	2.231	(2.528)	(2.238)	14.157
Banco do Brasil FCO	1.869	-	103	(770)	(104)	1.098
Santander	3.338	-	389	(1.527)	(389)	1.811
Banco do Brasil FCO	6.867	-	590	(663)	(621)	6.173
Banco do Brasil FCO	-	4.909	165	-	(120)	4.954
Banco da Amazônia S.A.	1.870	-	138	(801)	(176)	1.031
	30.636	4.909	3.616	(6.289)	(3.648)	29.224

a. Cronograma dos vencimentos:

Ano	2025	2024
2025	-	9.114
2026	7.118	7.118
Após 2027	18.141	12.992
Total	25.259	29.224

Garantias cedidas

Os financiamentos são garantidos por avais, fianças dos sócios, pelos próprios equipamentos e por uma parcela do imóvel da sede administrativa do Grupo.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Cláusulas restritivas

Nos empréstimos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que seja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para férias	-	-	7.623	7.753
Gratificações a pagar	-	-	578	1.594
Salários a pagar	5	11	3.782	3.741
Encargos a recolher sobre salários	1	1	3.115	4.601
Encargos a recolher sobre férias	-	-	1.058	1.078
Outras obrigações sociais a recolher	-	-	10	984
Total de obrigações trabalhistas	6	12	16.166	19.751

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pis e Cofins a recolher	-	-	1.000	802
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	276	405
ICMS a recolher	-	-	27	62
ISS a recolher	-	-	58	89
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO	-	-	3.473	-
Impostos e taxas a recolher	-	1	1.027	186
Total de obrigações tributárias	-	1	5.861	1.544
Total de obrigações trabalhistas e tributárias	6	13	22.027	21.295

Circulante	6	13	19.289	21.267
Não circulante	-	-	2.738	28

17. Vendas Para Entrega Futura

A composição do saldo refere-se ao contrato de parceria entre Empreendimento Imobiliários Rio Vermelho e Incorporadora OPUS, na venda de apartamentos das Torres, Tellure1, Tellure 2, Gyro, Ybaté, Nido e Cidade Ybiti, a empresa recebe um percentual nos pagamentos como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo para entrega futura total	48.869	56.470
Circulante	15.585	12.299
Não circulante	33.284	44.171

Logo abaixo, apresenta-se a projeção de realização da receita, elaborada com base no cronograma físico e financeiro dos empreendimentos da OPUS. Essa projeção está sujeita a alterações em função dos movimentos econômicos naturais de um empreendimento imobiliário.

2025	Valor (R\$ mil)	2024	Valor (R\$ mil)
2026	15.585	2025	12.299
2027	12.093	2026	13.341
2028	18.556	2027	10.377
2029	2.405	2028	15.945
2030	121	2029	4.508

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

2031	37	2031	-
2032	37	2032	-
2033	35	2033	-
Total	48.869	Total	56.470

18. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em processos nas esferas administrativa e judicial perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Estas provisões são consideradas pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

Provisão para riscos – consolidado

	2024				2025			
	Inicial	Provisão	Reversão	Final	Inicial	Provisão	Reversão	Final
Cíveis	2.221	1.798	(3.843)	176	176	4.941	(45)	5.072
Tributárias	112	-	(1)	111	111	-	-	111
Trabalhistas	904	484	(195)	1.193	1.193	530	(647)	1.076
Total	3.237	2.282	(4.039)	1.480	1.480	5.471	(692)	6.259

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais é como segue:

Depósitos judiciais – consolidado

	2024				2025			
	Inicial	Provisão	Reversão	Final	Inicial	Provisão	Reversão	Final
Cíveis	17	-	(17)	-	-	-	-	-
Tributárias	392	-	-	392	392	7	(34)	365
Trabalhistas	260	83	(26)	317	317	481	(414)	384
Total	669	83	(43)	709	709	488	(448)	749

As principais provisões referentes a perdas prováveis, registradas na contabilidade são as que seguem:

a) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, existem 6 ações no valor de R\$ 5.072 (6 ações em 2024 no valor de R\$ 176 que correspondem, principalmente, a processo de rescisão contratual de empresas prestadoras de serviços e danos morais editoriais e à imagem.

b) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, existe ações no valor de R\$ 111.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, existem 14 ações no valor de R\$ 1.076 (19 ações em 2024 no valor e R\$ 1.193). Estas provisões são contabilizadas a partir da análise individual dos processos trabalhistas movidos contra o Grupo e leva em consideração a experiência de sua Administração em casos similares, bem como a opinião de seus assessores jurídicos. Os processos são em sua maioria relacionados a horas extras, diferencial de salários, adicional de insalubridade, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é representado por ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme demonstrado a seguir:

- Em 31 de dezembro de 2025: R\$ 115.864.000,00, representado por 115.864.000 ações ordinárias nominativas.
- Em 31 de dezembro de 2024: R\$ 115.403.000,00, representado por 115.403.000 ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2025, houve aumento de capital no montante de R\$ 461.000,00, correspondente à emissão de 461.000 novas ações ordinárias nominativas.

b) Reserva de reavaliação

Referem-se a reservas de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado do Grupo, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social, correspondentes, estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação é realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

A realização da reserva de reavaliação ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	2025	2024
Saldo inicial	<u>7.077</u>	<u>7.517</u>
(+) Realização da reserva de reavaliação	<u>(1.216)</u>	<u>(440)</u>
Saldo final	<u>5.861</u>	<u>7.077</u>

c) Transações de capital

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

d) Reserva de lucros

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

20. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, suas controladas direta e indiretas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticadas em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

Utilização de espaço para publicidade

Tendo em vista a característica do mercado em que o Grupo atua, é comum ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras Companhias do Grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do “calhau”, não gerando nenhum tipo de receita e/ou despesa para as Companhias do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

Contratos de mútuos ativos

Corresponde à concessão e obtenção de empréstimos para outras Companhias do Grupo, sem taxa de remuneração e sem prazo de liquidação, conforme os contratos de mútuos vigentes. As liquidações são acertadas entre as partes.

	Controladora			
	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Televisão Anhanguera S.A.	-	130	-	-
J. Câmara & Irmãos Ltda.	-	-	23	-
Total	-	130	23	-

	Consolidado			
	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
TV Luziânia Ltda.	-	7.806	-	13.117
Televisão Planalto Central Ltda.	9.237	-	9.480	-
Rádio Padre Luso Ltda.	880	-	2.631	-
Radio Executiva Ltda	-	102	-	-
Radio Som Juventude Ltda	-	-	-	1.377
Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda.	819	-	3.232	-
Araguaia-Participação e Administração Ltda.	-	3.871	-	4.049
TV Tocantins Ltda.	-	16.271	-	13.464
Televisão Riviera Ltda	-	2.624	-	5.807
Televisão Pirapitinga Ltda.	-	2.862	-	2.520
SPC Sistema Paranaíba de Comunicações Ltda.	-	44	-	705
Total	10.936	33.580	15.343	41.039

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Correspondentes à obtenção de empréstimos com sócios do Grupo, com taxa de remuneração e prazo determinado, conforme contratos vigentes.

Descrição	Indexador	Vencimento Final	2025	2024
Moeda nacional:				
Empréstimos sócios pessoa física	CDI + 3.99%	10/2025	3.137	-
Não circulante			3.137	-

A movimentação do exercício é como segue:

Moeda nacional:	2024	Captação	Juros	Pagamentos	2025
Empréstimos sócios pessoa física	-	3.000	137	-	3.137

21. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
<u>Composição da receita bruta</u>		
Publicidades	83.531	79.355
Globo (i)	53.011	52.863
Venda avulsa de jornais	13.170	13.468
Assinatura de jornais	5.450	5.320
Central de produção	1.707	2.812
Venda consórcio OPUS (ii)	11.231	6.605
Prestação de serviços	185	1.034
Classificados	1.395	1.434
Receita com projetos	2.886	3.309
Venda de Imóveis	800	300
Outras receitas	1.394	2.064
Receita operacional bruta	174.760	168.564
<u>(-) Deduções</u>		
Impostos incidentes sobre as vendas	(9.206)	(9.880)
Descontos, abatimentos e devoluções	(8.330)	(6.449)
Total deduções	(17.536)	(16.329)
Receita operacional líquida	157.224	152.235

(i) Refere-se à receita de publicidade de contratos firmados pela Rede Globo de Televisão.

(ii) Refere-se à receita da controlada Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho, decorrente da parceria firmada com a incorporadora OPUS, na qual a companhia detém participação conforme estipulado em contrato entre as partes.

22. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2025	2024	2025	2024
Despesas e custos com pessoal, benefícios e encargos	(78)	(144)	(79.564)	(82.665)
Serviços de terceiros	(61)	(30)	(39.917)	(39.279)
Depreciações e amortizações	-	-	(11.439)	(12.036)
Materiais promocionais	-	-	(6.979)	(6.936)
Insumos	-	-	(3.029)	(3.488)

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Custo imóvel vendido	-	-	(3.898)	(3.129)
Energia, água e telefone			(2.854)	(2.900)
Indenizações e despesas judiciais			(5.415)	(2.669)
Material de consumo			(1.586)	(1.772)
Perdas			(1.314)	(856)
Outros custos e despesas	-	-	(7.579)	(7.365)
Total Custos e Despesas	(139)	(174)	(163.574)	(163.095)
Custos dos Serviços Prestados	-	-	(93.156)	(93.427)
Despesas Comerciais	-	-	(33.783)	(32.831)
Despesas Administrativas e gerais	(139)	(174)	(34.053)	(34.821)
Despesas Tributárias	-	-	(2.582)	(2.016)
Total Custos e Despesas	(139)	(174)	(163.574)	(163.095)

23. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas				
Reversão devedores duvidosos	-	-	128	298
Reversão de contingências	-	-	60	136
Receitas com aluguéis	-	-	96	106
Receitas de brindes e ofertas	-	-	3	106
Ganho em alienação de ativos	-	-	1	54
Recuperação de despesas (i)	-	-	2	1
Encalhes	-	-	246	305
Outras receitas	-	12	8	1.248
Subtotal	-	12	544	2.254
Outras despesas				
Perdas em alienação de ativos	-	-	(336)	(4)
Outras	(17)	-	(57)	(53)
Subtotal	(17)	-	(393)	(57)
Total	(17)	12	151	2.197

(i) Refere-se essencialmente à recuperação de despesas decorrente do rateio das despesas administrativas e gerais com as demais empresas do Grupo.

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento das aplicações			148	144
Variação cambial ativa	-	-	283	123
Descontos obtidos	-	-	218	292
Variação monetária ativa	-	-	76	20
Outras receitas financeiras	-	-	532	467
Subtotal	-	-	1.257	1.046
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(4.176)	(3.593)

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Variação cambial passiva	-	-	(155)	(275)
Juros de arrendamento	-	-	(389)	(301)
Outras despesas financeiras	(1)		(931)	(430)
Subtotal	(1)	-	(5.651)	(4.599)
Resultado financeiro líquido	(1)	-	(4.394)	(3.553)

25. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do IR e da CS	(8.585)	(11.277)	(10.593)	(12.216)
Alíquotas vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal	2.919	3.834	3.602	4.153
Efeitos de IR e da CS sobre:				
- Equivalência patrimonial	(2.919)	(3.834)	-	-
- Diferenças temporárias	-	-	(1.819)	(2.899)
- Perdas eventuais	-	-	(377)	(158)
- Brindes e ofertas	-	-	(110)	(85)
- Efeito da base de cálculo das empresas no presumido	-	-	410	333
- Outros	-	-	(2.425)	(1.873)
Despesa corrente	-	-	(719)	(529)
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Efeitos de IR e da CS diferido sobre:				
- Movimentação de operação com Órgão Público	-	-	11	1.186
- Movimentação de PDD e contingência	-	-	1.494	(695)
- Movimentação sobre depreciação	-	-	971	586
- Provisão de receita	-	-	66	226
- Gratificações	-	-	-	(425)
- CPC 06	-	-	-	(245)
- Outros	-	-	167	553
Imposto diferido	-	-	2.709	1.186
Total geral efetiva registrada	-	-	1.990	657
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(719)	(529)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.709	1.186
Alíquota efetiva	0%	0%	(19%)	(5%)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 37.877.644/0001-72 NIRE: 52 30000186-2

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, além de contas a receber, outros ativos, contas a pagar de terceiros e de partes relacionadas.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria na tabela a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Ativos financeiros:</u>				
<i>Mensurados ao custo amortizado</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.808	1.199
Contas a receber de clientes	-	-	76.274	82.249
Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	23	10.936	15.343
Depósitos judiciais	-	-	749	709
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Passivos financeiros:</u>				
<i>Outros passivos mensurados ao custo amortizado</i>				
Fornecedores	-	-	7.454	6.333
Empréstimos e financiamentos	-	-	25.259	29.224
Passivo de Arrendamento	-	-	2.248	3.829
Adiantamento de clientes	-	-	2.777	2.733
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	36.717	41.039

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos seus respectivos valores justos.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

27. Eventos subsequentes

Alterações na legislação tributária

Após a data-base das demonstrações financeiras, foram aprovadas e/ou encontram-se em processo de regulamentação alterações na legislação tributária brasileira, no âmbito da reforma do sistema de tributação sobre serviços. A Administração está avaliando os potenciais impactos dessas alterações sobre as operações da Companhia. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável eventuais efeitos, razão pela qual não foram realizados ajustes.

Televisão Anhanguera S/A.

Cisão Parcial

No mesmo período, foi aprovada operação de cisão parcial da Companhia, envolvendo a versão do investimento detido na EIRV – *Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda* para novas holdings familiares com atuação voltada à atividade imobiliária. A operação possui natureza de reorganização societária intragrupo.

J. Câmara & Irmãos Ltda.

Cisão Parcial

Adicionalmente, com a cisão parcial das coligadas *Televisão Anhanguera S.A.* e *Empreendimentos Imobiliários Rio Vermelho Ltda. (EIRV)*, bem como da controlada *OJC Administração e Participações S.A. (OJC)*, R\$ 6 milhões do mútuo existente entre a Empresa e a EIRV foram liquidados mediante aumento de capital pela OJC. Além disso, o acervo de obras de arte foi vendido à EIRV por R\$ 2,1 milhões, amortizando integralmente o mútuo mantido com essa empresa coligada.

Centro Norte de Comunicação Ltda.

Cisão Parcial

A *Centro Norte de Comunicação Ltda* informa que, em 01 de maio de 2026, recebeu parcela do patrimônio líquido da empresa *Rádio Araguaia Ltda*, em decorrência de operação de cisão parcial realizada conforme disposições legais e societárias aplicáveis.

Rádio Anhanguera Ltda.

Incorporação

A *Rádio anhanguera Ltda* informa que, em 01 de maio de 2026, recebeu todo o patrimônio líquido das empresas *Rádio Som de Gurupi Ltda* e *Rádio Som Juventude Ltda* em decorrência de operação de incorporação realizada conforme disposições legais e societárias aplicáveis.

Alteração no Controle Acionário

Adicionalmente, encontra-se em andamento alteração no controle acionário indireto da Companhia, decorrente de operação de aquisição das empresas controladoras da *OJC Administração e Participações S.A* e de empresas coligadas e pertencentes ao Grupo Jaime Câmara pela Rede Matogrossense de Comunicação. A Administração avaliou os efeitos da referida transação e entende que não há impactos nas demonstrações financeiras individuais da Companhia além das divulgações aplicáveis.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, permaneciam em andamento as providências societárias, contratuais e registrais necessárias à conclusão integral dos atos relacionados às operações acima mencionadas.

Além dos assuntos descritos acima, não foram identificados eventos subsequentes à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras que requeiram divulgação ou ajustes nas presentes demonstrações financeiras, conforme disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor Vice-Presidente

Klayton Ribeiro da Silva
Contador CRC GO-030220/O